

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA FAMILIAR ENTRE 2011 E 2022

Pedro Augusto Andrade Teixeira¹, Letícia Xander Russo²

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras entre 2011 e 2022, bem como o impacto da pandemia de Covid-19 nesses indicadores. Para tanto, utilizou-se de um modelo de série temporal interrompida e dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Os resultados obtidos apontam que, em 2022, 77,7% das famílias estavam endividadas e 28,4% inadimplentes, evidenciando um aumento substancial em ambos os indicadores a partir de 2020. Dívida em cartão de crédito correspondeu ao principal tipo de dívida no período, passando de 73,4% em 2011 para 86,7% em 2022.

Palavras-chave: endividamento; inadimplência; dívida; consumo; comportamento do consumidor.

ANALYSIS OF HOUSEHOLD DEBT AND DEFAULT BETWEEN 2011 AND 2022

Abstract: This study aimed to analyze the Brazilian household debt and default between 2011 and 2022, as well as the impact of Covid-19 pandemic on these indicators. For this purpose, an interrupted time series model and data from the Consumer Debt and Default Survey (PEIC) were used. The results obtained indicate that, in 2022, the rate of household debt was 77.7% and household default was 28.4% were, showing a substantial increase in both indicators from 2020 onwards. Credit card debt corresponded to the main type of debt in the period, increasing from 73.4% in 2011 to 86.7% in 2022.

Keywords: indebtedness; default; debt; consumption; consumer behavior.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou um expressivo aumento do endividamento e da inadimplência familiar nas últimas duas décadas (Garber *et al.*, 2020). Em 2022, aproximadamente 70 milhões de brasileiros estavam em situação de inadimplência, o que representava um montante total de dívidas de R\$ 312 bilhões (Serasa, 2022).

1 Graduado em Economia pela Universidade Federal da Grande Dourados.

2 Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Departamento de Economia da UEM.

Esse cenário deriva de condições multifatoriais e bastante complexas. Juros altos, desemprego, desigualdade social e baixa renda familiar, atrelados a ausência de planejamento familiar, ao baixo nível de conhecimento em finanças e ao hábito pouco desenvolvido de poupança, são importantes determinantes na compreensão desse fenômeno (Pybus *et al.*, 2022; Kunkel *et al.*, 2015; da Silva *et al.*, 2012; Linardi; Ferreira, 2008). A expansão do microcrédito, dos empréstimos digitais e de estratégias de marketing agressivas também têm contribuído para o maior acesso ao crédito formal e, consequentemente, com o aumento do endividamento (Roza *et al.*, 2024; Indarte; Kanz, 2024).

Outro elemento importante é o impacto que os choques econômicos, decorrentes de crises globais ou internas, têm nas finanças pessoais, e como os indivíduos lidam com as condições negativas impostas. Recentemente, a pandemia de Covid-19, que teve início no ano de 2020, apresentou reflexos expressivos no mercado de trabalho, sobretudo no emprego e na renda, impactando financeiramente diversas famílias (OCDE, 2020; Mattei; Heinen, 2022). Estudos internacionais mostraram um aumento do endividamento (Nigatu; Elton-Marshall; Hamilton, 2023) e da vulnerabilidade financeira das famílias após o início da pandemia (Braga; Mckernan; Congdon, 2021).

No Brasil, segundo levantamento do Serasa (2022), registrou-se um aumento de 5,46 milhões de consumidores em situação de inadimplência entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. O mês de novembro atingiu o maior patamar da série histórica que teve início em 2016. Foram onze meses de aumentos consecutivos no número de inadimplentes. O valor médio da dívida foi de R\$ 1.259 e correspondia principalmente a dívidas de cartão de crédito (28,9%), *utilities* (21,9%) e varejo (11,8%). A faixa etária dos inadimplentes foi de 26 a 40 anos (34,9%) e 41 a 60 anos (34,7%). No entanto, apesar do impacto negativo da pandemia nas finanças pessoais, nota-se que o Brasil apresenta reiteradamente indicadores em patamares elevados.

Para além da piora no bem-estar financeiro das famílias, com as dívidas podendo comprometer as possibilidades de consumo e investimento no curto, médio e longo prazo, soma-se, ainda, a influência negativa em outras áreas, afetando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos (Fan; Ryu, 2023; Tay *et al.*, 2017). Evidências apontam que o endividamento excessivo está associado a um maior risco de problemas de saúde mental (como ideação suicida e sofrimento psíquico) e piores condições de saúde geral, quando comparado com famílias que não apresentaram aumento da dívida (Nigatu; Elton-Marshall; Hamilton, 2023; Dubey *et al.*, 2020; Sweet, 2021; Hojman; Miranda; Ruiz-Tagle, 2016). Em situações nas quais os indivíduos têm o nome inscrito em cadastros de dívida ativa, por exemplo, além da própria restrição de crédito, observa-se relatos de preocupação, angústia, constrangimento e vergonha (Campara *et al.*, 2016).

O endividamento se refere à situação em que um indivíduo ou uma família possui dívidas, ou seja, têm obrigações financeiras a cumprir devido a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito ou outras formas de crédito. Já a inadimplência ocorre quando uma pessoa não cumpre com suas obrigações de pagamento dentro do prazo estipulado. A falta de pagamento das dívidas na data de vencimento acordada pode resultar em aplicação de juros adicionais, restrições de crédito, negativação do nome do devedor

em órgãos de proteção ao crédito e até mesmo processos judiciais por parte dos credores (Bortoluzzi *et al.* 2015).

Nos últimos anos, diversos esforços têm sido empregados no Brasil para melhorar o conhecimento dos indivíduos sobre finanças pessoais e reforçar a importância do planejamento financeiro, incluindo iniciativas promovidas por instituições privadas e governamentais. Além de conceitos básicos de finanças, como juros, poupança, inflação e risco, busca-se discutir a influência do materialismo e do consumismo, frequentemente impulsionados pelo crédito facilitado (ENEF, 2013; Brasil, 2012).

A relação significativa entre endividamento e volume de dívida com os diferentes níveis de materialismo é apontada na literatura como um fator relevante, contribuindo para que as famílias assumam compromissos financeiros que ultrapassem sua real capacidade de pagamento. Nesse contexto, fatores psicológicos e comportamentais também precisam ser considerados (Roza *et al.*, 2024; Santos; Silva, 2014; da Silva *et al.*, 2012; Moura, 2005).

A ideia é que o conhecimento em finanças e planejamento contribua para que o indivíduo possa se comportar de uma maneira mais segura e consistente em suas decisões, visando o bem-estar financeiro e evitando a tomada de decisões imediatistas. Além disso, busca-se potencializar a resiliência a situações adversas, como queda expressiva na renda ou despesas inesperadas (Santos; Silva, 2014; ENEF, 2013; Brasil, 2012).

Contudo, tais ações ainda são insuficientes (OCDE, 2013). Uma pesquisa realizada em 2018 em todas as capitais, pelo Serviço de Proteção de Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), indicou que 45% dos consumidores brasileiros não têm controle financeiro efetivo da própria renda. Os resultados foram desagregados conforme as classes de renda. Com isso, observou-se que analisando as pessoas das classes C (pessoas de renda média), D (pessoas de renda baixa) e E (base da pirâmide socioeconômica, pessoas de renda muito baixa), esse percentual sobe para 48%. Já um estudo da Serasa Experian revelou que em 2019 apenas 24% da população realizou algum tipo de planejamento financeiro.

Apesar da relevância do tema, a literatura empírica nacional ainda apresenta lacunas significativas, sobretudo no que se refere a estudos com dados de abrangência nacional e que exploram o período da pandemia.

Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras, com base nos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de 2011 a 2022. Além disso, buscou-se identificar como a pandemia de Covid-19 impactou nas finanças familiares. Tem-se como hipótese central que o endividamento e a inadimplência das famílias aumentaram durante o período da pandemia.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção aborda evidências empíricas sobre o efeito da pandemia no endividamento familiar. A terceira seção contém o método empregado. A quarta é composta pelos resultados e discussão. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DURANTE CHOQUES: ESTUDOS REALIZADOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Estudo realizado com 2,5 milhões de adultos nos Estados Unidos comparou a dívida familiar total do primeiro trimestre de 2019 (pré-pandemia) e do quarto trimestre de 2020 (após início da pandemia). Em geral, apenas os indivíduos com até 50 anos apresentaram um aumento médio na dívida familiar. Contudo, os resultados foram heterogêneos ao estratificar por quartil de renda familiar. Indivíduos localizados no primeiro e segundo quartis de renda apresentaram um aumento na dívida familiar, independente da idade. Já os indivíduos localizados no último quartil de renda familiar apresentaram uma redução na dívida familiar, também independente da idade, no quarto trimestre de 2020 (Brown; Collins; Moulton, 2024).

Outro estudo norte americano, conduzido com 3.454 adultos entre julho e agosto de 2020, reportou que 46% das famílias enfrentaram dificuldades financeiras sérias no primeiro ano da pandemia. Entre as principais dificuldades relatadas por estas famílias se destacam o uso total ou quase completo de suas economias (31%) e problemas em cumprir com dívidas já assumidas no cartão de crédito, empréstimos ou outras fontes (21%). Quanto ao mercado de trabalho, 46% relataram a perda do emprego ou uma redução salarial no período. Destes, 68% indicaram que passaram por dificuldades financeiras sérias. Observou-se, ainda, que o bem-estar financeiro das famílias foi impactado de forma desigual durante pandemia. Aproximadamente 54% das famílias de baixa renda enfrentaram dificuldades financeiras sérias, enquanto apenas 20% de famílias com renda superior. Quando estratificado por cor/raça, famílias em que o respondente se autodeclarou preto ou latino foram mais afetadas (60% e 72%, respectivamente) do que famílias em que o indivíduo se autodeclarou asiático (37%) ou branco (36%) (Robert Wood Johnson Foundation, 2020).

No Canadá, o aumento do endividamento familiar durante a pandemia foi reportado por 17,5% dos indivíduos acima de 18 anos em pesquisa on-line realizada com 3.033 indivíduos. Indivíduos com idade entre 35 e 54 anos (22,2%) e 18 e 34 anos (20,9%), desempregados (32,0%) e trabalhadores por conta própria (27,4%), com menor renda familiar (26,2%) e com filhos de até 18 anos indicaram maior aumento no endividamento familiar durante a pandemia (Nigatu; Elton-Marshall; Hamilton, 2023).

Utilizando um Índice de Vulnerabilidade Financeira (IVF), Braga, McKernan e Congdon (2021) mostraram que o índice acelerou substancialmente após o início da pandemia no Reino Unido. Apenas do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o IVF aumentou 16%, atingindo 46,2. O índice é baseado em seis componentes que capturam a capacidade das famílias em lidar com as finanças e choques econômicos. O cálculo do IVF considera os seguintes componentes: i) parcela de adultos que são consumidores em situação de inadimplência, ii) parcela de adultos que usam produtos financeiros alternativos, iii) parcela de adultos que reivindicam benefícios sociais, iv) parcela de adultos sem economias de emergência, v) parcela de consumidores com empréstimos de alto custo e vi) utilização média de crédito pelos consumidores. Todos os componentes do índice aumentaram expressivamente no período analisado, que correspondeu do terceiro trimestre de 2017 ao segundo trimestre de 2020.

3 MÉTODO

Para analisar o endividamento das famílias, foram utilizados dados estatísticos de pesquisa secundária relacionados ao tema vigente. Os dados utilizados são da PEIC. A pesquisa tem como objetivo diagnosticar o nível de endividamento e inadimplência do consumidor. A PEIC é realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010, com cerca de 18 mil consumidores. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal. São levantadas informações importantes sobre indicadores de finanças familiar, permitindo acompanhar o perfil do endividamento, o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento (Fecomercio, 2022).

Os indicadores selecionados da PEIC neste estudo, bem como suas respectivas descrições, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos indicadores selecionados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

Variável	Descrição
Famílias endividadadas	Percentual de famílias que declaram ter dívidas
Famílias com contas em atraso	Percentual de famílias com contas ou dívidas atrasadas
Famílias sem condições de pagar as contas em atraso	Percentual das famílias que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso
Tipos de dívidas	Percentual de famílias com dívidas nas seguintes modalidades: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas
Tempo médio de atraso no pagamento de dívidas	Dentre as famílias com contas em atraso, tempo médio de atraso no pagamento de dívidas (em dias)
Tempo médio de comprometimento com dívidas	Dentre os endividadados, tempo médio de comprometimento com dívidas (em meses)
Renda comprometida com dívidas	Parcela média da renda comprometida com dívidas

A presente pesquisa utilizou dados nacionais, entre outubro de 2011 a setembro de 2022, que corresponde ao período da série com dados disponíveis.

Para a análise econométrica foi utilizada a série temporal interrompida. O modelo econométrico de série temporal interrompida é uma técnica estatística utilizada para analisar dados coletados ao longo do tempo, que apresentam interrupções na série. Essa técnica é amplamente utilizada em estudos econômicos, onde é comum encontrar dados que sofrem interrupções devido a alterações nas políticas governamentais, choques externos ou internos, entre outros fatores (Medeiros, 2000). Para tanto, foi feito um recorte no tempo da análise, comparando os dados da PEIC antes (outubro/2011-fevereiro/2020) e após (março/2020 - setembro/2022) o início da pandemia de Covid-19. O período de

março de 2020 foi adotado como o início da pandemia no Brasil, a fim de analisar como os níveis de endividamento e inadimplência se comportaram após esse marco. Com isso, foram considerados 112 meses antes da pandemia e 30 meses após a intervenção. A série foi ajustada sazonalmente uma vez que o endividamento e inadimplência variam ao longo dos meses, para tanto, foi empregado o método aditivo de Holt-Winters (Wei; Chatfield, 2004).

A seguinte equação foi estimada

$$Y_t = \beta_0 + \beta_1 T_t + \beta_2 X_t + \beta_3 X_t T_t \quad (1)$$

T_t é o período desde o início da série, X_t é uma variável binária (1 se corresponde ao período antes da pandemia, 0 caso contrário) que indica o período de intervenção (pandemia), e $X_t T_t$ é uma variável de interação. β_0 representa o intercepto. β_1 representa a trajetória antes da intervenção. β_2 representa a mudança de nível após o início da pandemia. β_3 é a diferença entre os períodos antes e o início pandemia.

Y_t representa as seguintes variáveis: Famílias endividadas (% do total de famílias), famílias com contas em atraso (% do total de famílias) e famílias sem condições de pagar as contas em atraso (% do total de famílias).

A estacionariedade das variáveis foi testada pelo teste de Dickey-Fuller aumentado. A estacionariedade foi confirmada com base em p-valores inferiores a 0,05 para as três variáveis (famílias endividadas, famílias com contas em atraso e famílias sem condição de pagar as contas em atraso).

Foi utilizado o teste de Cumby-Huizinga para examinar a existência de autocorrelação residual, revelando uma autocorrelação de ordem 4. É uma técnica estatística utilizada para investigar a presença de autocorrelação residual em modelos econométricos, como regressões. Além disso, nas regressões, foi incorporada a correção de erros-padrão de Newey-West, garantindo uma análise mais precisa e robusta dos resultados. Ela é especialmente útil quando se trabalha com dados temporais, nos quais as observações podem estar correlacionadas ao longo do tempo, o que viola uma das suposições básicas da regressão linear ordinária (Newey; West, 1987).

O software Stata 17.0 foi empregado para realizar as estimativas e gerar as figuras referentes à série temporal interrompida. As figuras descritivas foram elaboradas no Excel.

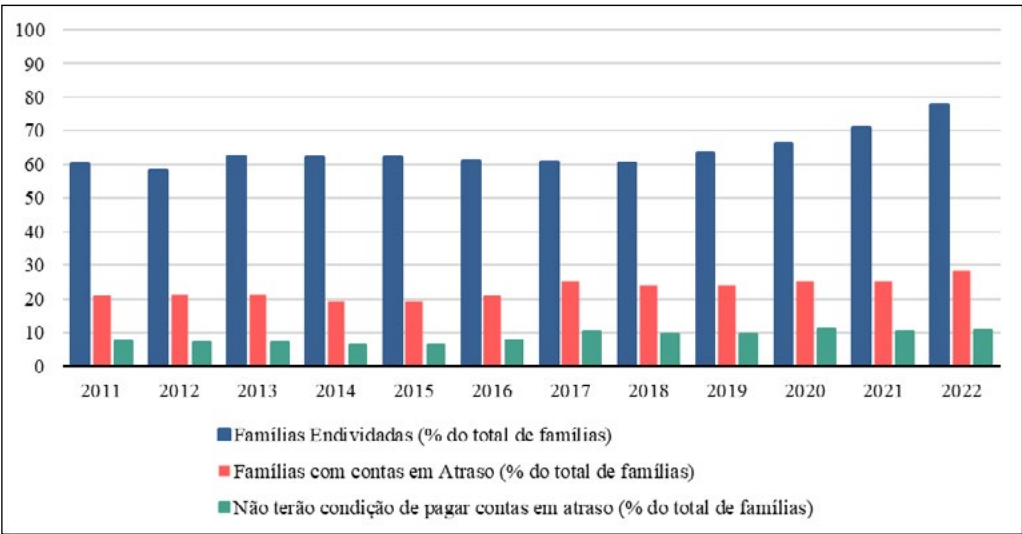
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme ilustra a Figura 1, o percentual de famílias endividadas teve um aumento expressivo ao longo do período analisado, passando de 60,00% das famílias em 2011 para 77,66% em 2022. Observa-se uma alta acentuada a partir de 2020, ano de início da pandemia.

As famílias com conta em atraso (inadimplentes) também mostraram tendência de alta durante o período de análise, aumentando de 21,00% em 2011 para 28,40% em 2022. A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar as contas em atraso

representava 7,57% em 2011. Após 2017, manteve-se acima de 10%, atingindo os maiores patamares nos anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Figura 1 – Média anual das variáveis entre 2011 e 2022

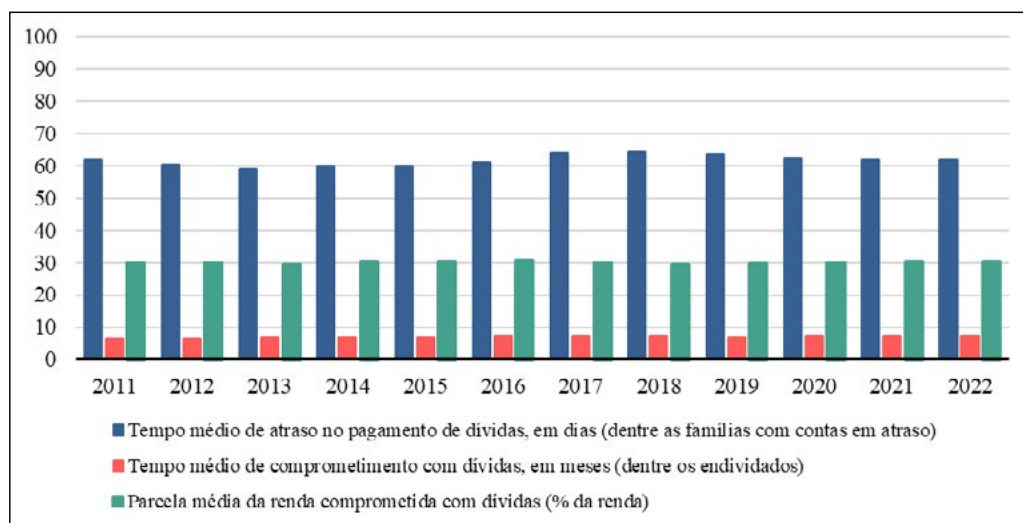


Fonte: Elaboração própria.

O tempo médio de comprometimento com dívidas (dentre os endividados), em meses, aumentou de 6,6 no ano base para 7,1 em 2022 (Figura 2). Em 2016 e 2017 também foi registrado um aumento no comprometimento com dívidas (7,1 em ambos os anos), com leve queda em 2018 e 2019 e voltando a subir após 2020. Parte desse aumento foi decorrente do cenário econômico brasileiro na época, sendo que o período de recessão da economia fez com que aumentasse o desemprego, diminuindo assim a renda das famílias. Além disso, o aumento dos juros, que perdurou durante 2015 e 2016, teve impacto direto nos juros cobrados em empréstimos e financiamentos, tornando as dívidas mais caras e dificultando o pagamento.

A parcela média das famílias com renda comprometida com dívidas foi de 30% em 2011 e 2022. Esse percentual se manteve praticamente constante ao longo da série. O tempo médio de atraso no pagamento de dívidas registrado foi 62 dias em 2011 e 2022. Destaca-se que o tempo de atraso também permaneceu relativamente estável, variando entre 59 e 64 dias ao longo da série.

Figura 2 – Tempo médio e parcela média anual das variáveis 2011-2022



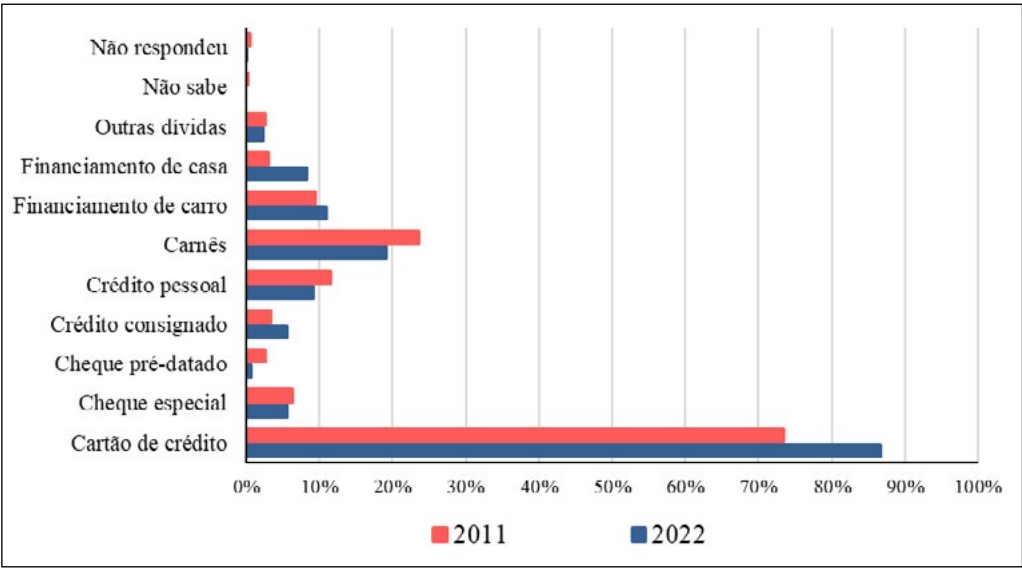
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 apresenta a média anual do endividamento familiar, por tipo de dívida, nos anos inicial e final da série. Ao comparar a média anual dos dois anos, pode-se observar que nos principais tipos de dívida estão cartão de crédito e carnês de loja. O percentual de famílias endividadas com cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de casa e carro, aumentou consideravelmente. O cenário de crédito facilitado, tanto consignado quanto pessoal, pode ter contribuído para que a parcela de endividados aumentasse. A média anual de endividados com crédito consignado saiu de 3,4% em 2011 para 5,6% em 2022.

A porcentagem de indivíduos com dívidas no cartão de crédito, um dos principais tipos de dívidas, acumulou um aumento de 13,3 pontos percentuais (p.p.). Essa tendência pode ser atribuída à acessibilidade facilitada ao crédito. Já o percentual de endividados em carnês de loja apresentou o maior declínio no período, sinalizando uma mudança nas formas de parcelamento utilizadas pelos consumidores. Houve uma queda de endividados nesse tipo de dívida de 4,5 p.p em 2022, quando comparado com 2011.

Outro aumento expressivo foi no financiamento de casas, apresentou um crescimento de 176% no acumulado do período. Essa elevação nas dívidas com financiamento imobiliário pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles o crescente custo dos imóveis, a crise econômica recente e o aumento das taxas de juros.

Figura 3 – Média anual do endividamento familiar por tipo de dívida 2011 e 2022



Fonte: Elaboração própria.

Os valores médios anuais das variáveis podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Média anual por tipo de dívida, 2011-2022

Tipo de dívida	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	73,4	73,6	73,7	75,3	76,1	77,1	76,7	76,9	78,7	78,0	82,6	86,7
Cheque especial	6,4	6,2	6,3	5,6	6,2	7,2	6,7	5,8	5,9	5,9	5,6	5,6
Cheque pré-datado	2,6	2,7	2,7	1,8	1,7	1,7	1,4	1,1	1,1	0,9	1,0	0,6
Crédito consignado	3,4	4,0	4,1	4,7	4,7	5,4	5,6	5,6	5,5	6,6	6,5	5,6
Crédito pessoal	11,6	11,3	11,1	9,5	9,0	10,3	10,3	9,4	8,2	8,5	9,0	9,2
Carnês	23,6	19,8	19,6	17,0	16,9	15,4	15,7	15,4	15,3	16,8	18,1	19,1
Financiamento de carro	9,5	11,5	11,7	13,8	13,7	11,2	10,2	10,5	9,9	10,7	11,6	10,9
Financiamento de casa	3,0	4,5	4,7	7,8	8,2	7,9	8,2	8,7	8,7	9,5	9,1	8,3
Outras dívidas	2,7	2,2	2,2	2,3	2,2	2,4	2,6	3,0	2,5	2,2	2,3	2,3
Não sabe	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0
Não respondeu	0,5	0,3	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do modelo de regressão estão apresentados na Tabela 2. Na primeira coluna, a constante indica o nível inicial das famílias endividadas, com significância ao nível de 1%. O percentual das famílias endividadas (T) aumentou mensalmente em 0,0256 p.p até o início da pandemia (choque). Já no primeiro mês de choque (março/20) não houve uma mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias endividadas. Os meses seguintes após o início da pandemia Covid-19 apresentaram uma tendência mensal de aumento de 0,48 p.p em relação a tendência antes do choque, sendo estatisticamente significativa a 1%.

O percentual de famílias com contas em atraso, segunda coluna, também apresentou significância ao nível de 1% em seu nível inicial. O percentual das famílias com contas em atraso (T) aumentou mensalmente em 0,0509 p.p até o mês de choque (pandemia). No primeiro mês de choque (março/20) não houve mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias com contas em atraso. Porém, nos meses seguintes após o início da pandemia Covid-19 apresentaram uma tendência mensal de aumento de 0,063 p.p em relação a tendência antes do choque, sendo significativa ao nível de 10%.

As famílias sem condições de pagar as contas em atraso, terceira coluna, indicaram significância ao nível de 1% em seu nível inicial. A proporção de famílias nessa situação (T) aumentou mensalmente em 0,04 até o mês do choque (pandemia). No primeiro mês da pandemia, não houve mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias sem condições de pagar as contas em atraso. No entanto, durante os meses subsequentes a pandemia de Covid-19, observou-se uma queda mensal de 0,057 p.p, sendo significativo ao nível de 5%.

Tabela 2 – Resultados da regressão, percentual de famílias endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagar as contas em atraso, 2011-2022

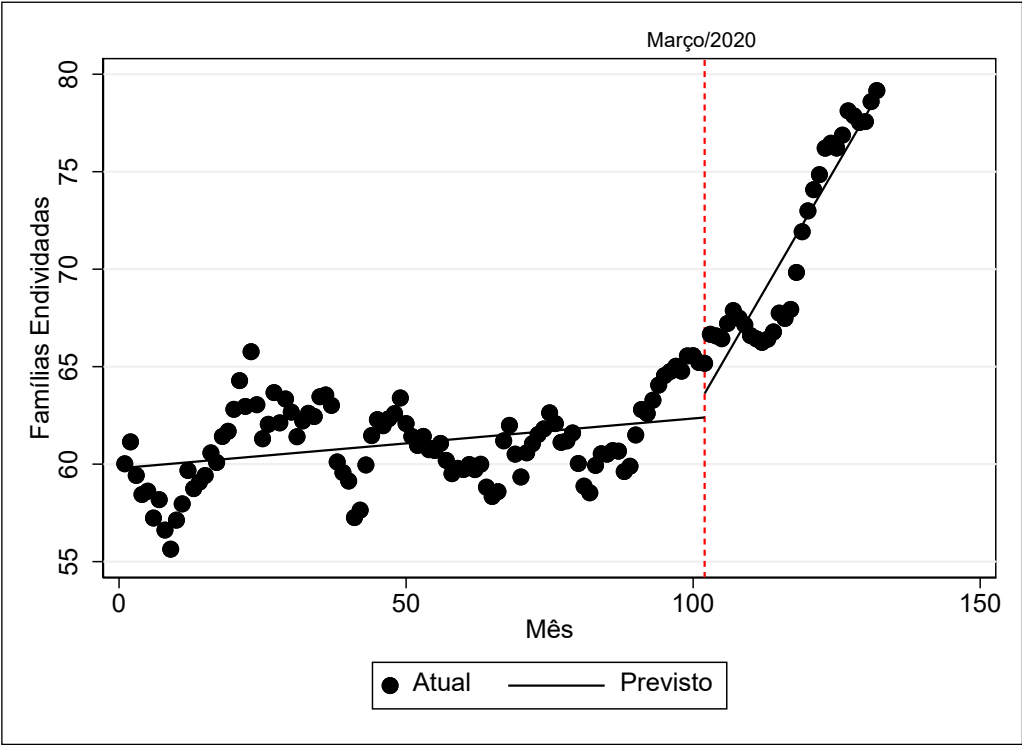
	Endividadas	Contas em atraso	Sem condições de pagar as contas em atraso
T	0,026* (0,015)	0,051*** (0,008)	0,041*** (0,005)
Nível	1,225 (1,378)	-0,722 (0,816)	0,596 (0,558)
Tendência	0,483*** (0,0567)	0,064* (0,038)	-0,057** (0,024)
Constante	59,813*** (0,859)	20,010*** (0,565)	6,286*** (0,316)
Observações	132	132	132

Erro padrão entre parênteses
 *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Esses resultados indicam que o choque não teve um impacto imediato nos indicadores analisados. Contudo, os meses subsequentes ao início da pandemia apresentaram um aumento gradual no endividamento e inadimplência das famílias em relação à tendência pré-choque.

Na Figura 4 é possível visualizar o aumento gradual no número de famílias endividadas desde o ano de 2011 até o início da pandemia Covid-19. No entanto, após o surgimento da pandemia, ocorreu um aumento expressivo no número de famílias endividadas, representado por uma linha de crescimento quase vertical. Esse padrão sugere um impacto significativo da pandemia nas finanças das famílias, resultando em um aumento acentuado no endividamento.

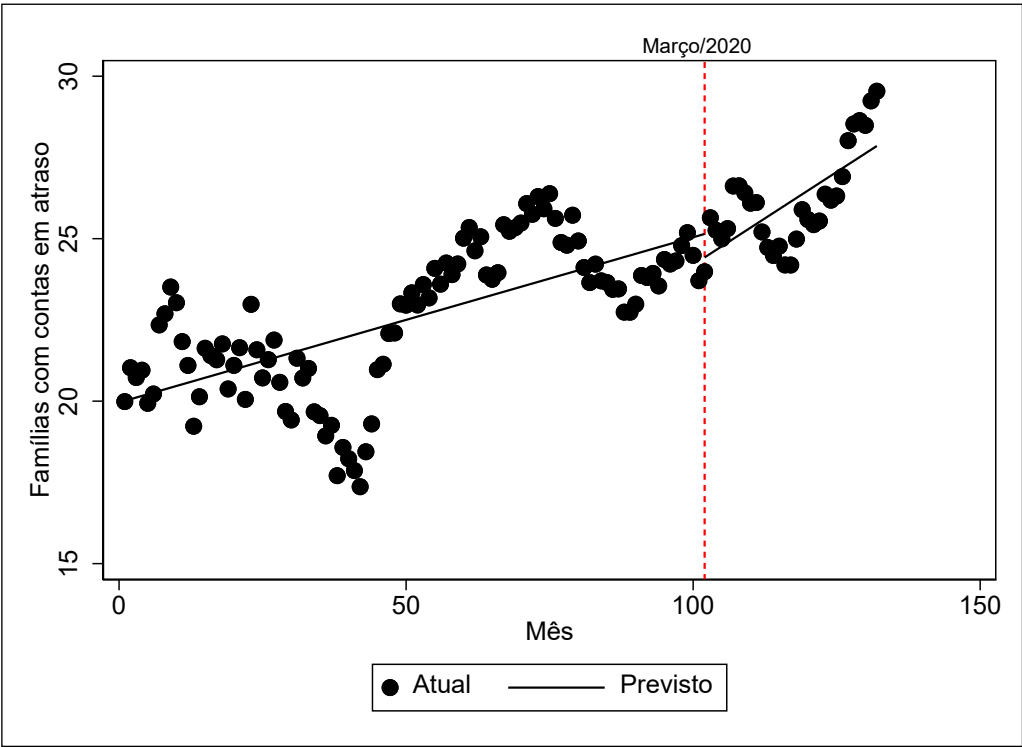
Figura 4 - Famílias endividadadas, 2011-2022



Fonte: Elaboração própria.

As famílias com contas em atraso já estavam enfrentando um crescimento expressivo dessa situação antes do início da pandemia. Entretanto, após o surgimento da pandemia, observou-se um aumento ainda maior no número de famílias com contas em atraso (Figura 5). Esse cenário reflete um impacto acentuado da pandemia nas condições financeiras das famílias, resultando em um aumento drástico nas dificuldades de pagamento e no acúmulo de dívidas vencidas.

Figura 5 - Famílias com contas em atraso (inadimplentes), 2011-2022

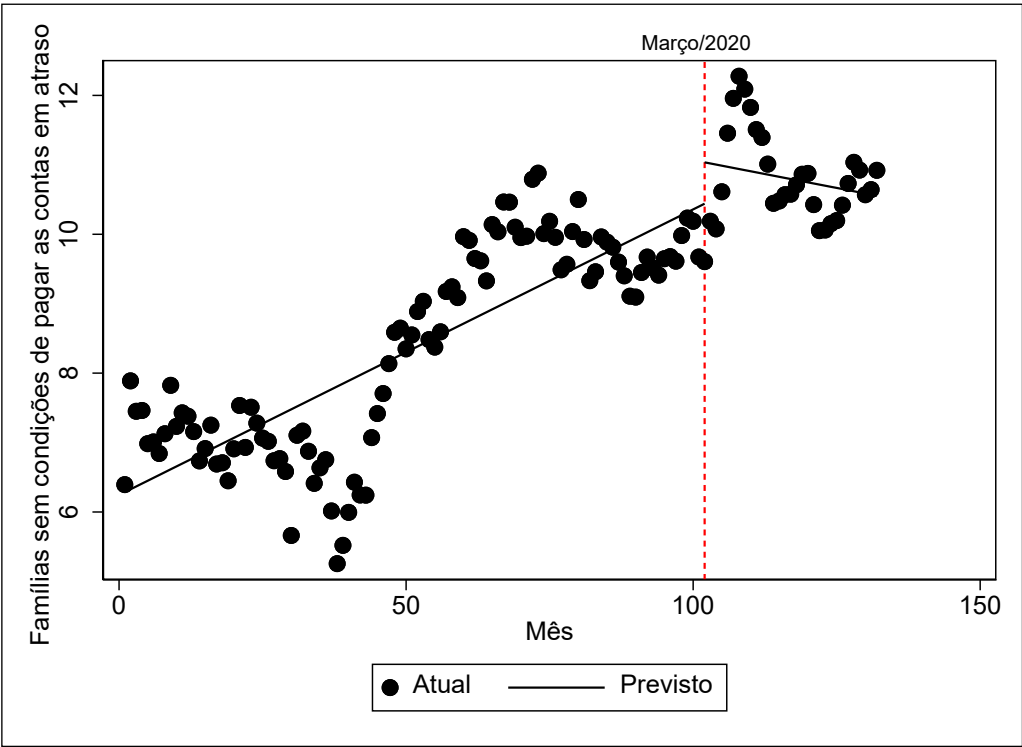


Fonte: Elaboração própria.

Em relação a capacidade de pagamento, as famílias que enfrentavam dificuldades para pagar as contas em atraso já estavam lidando com um aumento significativo desse cenário antes do início da pandemia. Nos primeiros meses após o choque (março/20), há um forte aumento desse percentual (Figura 6). No entanto, nos meses seguintes, foi observada uma queda nesse indicador, apesar do aumento impactante que vinha ocorrendo.

Essa redução no número de famílias incapazes de pagar suas contas atrasadas pode ser resultado do efeito de medidas ou intervenções adotadas. Isso pode incluir políticas de alívio econômico, de auxílio emergencial e outras ações que tenham contribuído para amenizar a situação financeira dessas famílias.

Figura 6 - Famílias que não terão condição de pagar contas em atraso, 2011-2022



Fonte: Elaboração própria.

O crescimento no número de endividados e inadimplentes encontrado no período está em consonância com os resultados apresentados em outras pesquisas, como do Serasa (2022). O aumento significativo no endividamento e inadimplência das famílias ao longo dos meses após o início da pandemia, com valores permanecendo muito acima do nível observado antes do choque, também é encontrado em estudos para demais países, com destaque para a dificuldade em cumprir com o pagamento do cartão de crédito (Nigatu; Elton-Marshall; Hamilton, 2023; Braga; Mckernan; Congdon, 2021). Além disso, evidencia-se o fator de imprevisibilidade da pandemia de Covid-19 e os efeitos adversos impostos nas finanças e no mercado de trabalho (Robert Wood Johnson Foundation, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 a 2022, utilizando um modelo de série temporal. Além disso, foi explorado o impacto da pandemia de Covid-19 nas taxas de endividamento e inadimplência, com o intuito de contribuir para o entendimento das dinâmicas econômicas em momentos de crise.

Através da análise da evolução do endividamento ao longo dos anos, o cartão de crédito foi identificado como um dos principais tipo de dívida, ressaltando o impacto da facilidade de acesso ao crédito. As análises apontaram também os desafios enfrentados pelas famílias durante a pandemia de Covid-19, que resultou em um aumento significativo no endividamento e na inadimplência, alterando à tendência observada até então.

A análise das famílias com dificuldades para quitar contas em atraso apresentou uma trajetória interessante após o início da pandemia, com uma queda mensal subsequente, indicando uma possível adaptação das famílias às novas circunstâncias, possivelmente, favorecida pela implementação de políticas governamentais.

Este estudo contribuiu para entender o comportamento das finanças familiares nos últimos anos. No entanto, é importante a continuação de pesquisas abordando novas dimensões do comportamento financeiro. Pesquisas que explorem o impacto de fatores macroeconômicos (como taxa de juros e expansão do crédito), individuais (como desemprego e renda) e adoção de benefícios de proteção social (como o auxílio emergencial) podem trazer valiosas contribuições para a compreensão da temática. Futuras investigações poderão colaborar para a promoção de uma melhor gestão financeira das famílias brasileiras em um contexto econômico e social em constante transformação.

Por fim, destaca-se a relevância de iniciativas voltadas à promoção da educação financeira e das finanças comportamentais, de modo a auxiliar os indivíduos na tomada de decisões financeiras mais conscientes e fundamentadas.

REFERÊNCIAS

- BORTOLUZZI, D. A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014, **Perspectiva**, v. 39, n.146, 2015
- BRAGA, B.; MCKERNAN, S.; CONGDON, W. J. Financial vulnerability in the United Kingdom: from Brexit to the COVID-19 pandemic. Urban Institute. Lowell's european consumer research laboratory, 2021.
- BROWN, M.; COLLINS, J. M.; MOULTON, S. Economic impacts of the COVID-19 crisis: evidence from credit and debt of older adults, **Journal of Pension Economics and Finance**, V. 23, 2024.
- CAMPARA, J. P. *et al.* O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do “nome sujo”. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 1, p. 71-85, 2016.
- CNDL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. 2018. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

CROCCO, M. A; SANTOS, F; FIGUEIREDO, A. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória, 2011. Belo Horizonte: UFMG/CEDEOKAR, 2011. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/content/article/191-textos-para-discussao/1139-exclusao-financeira-no-brasil-uma-analise-regional-exploratoria.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

DA SILVA, L. F.; VIEIRA, V. A.; DA SILVA FAIA, V. Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física. **Revista de Administração da PUCRS**, v. 23, n. 3, p. 207-221, 2012.

DUBEY, S.; BISWAS, P.; GHOSH, R.; CHATTERJEE, S.; DUBEY, M. J.; CHATTERJEE, S.; LAHIRI, D.; LAVIE, C. J. Psychosocial impact of COVID-19. **Diabetes & Metabolic Syndrome**, v.14, n.5, 779–788, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2020.05.035>

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasil: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2023.

FAN, L.; RYU, S. Financial debts and subjective well-being of young adults: An adaption of the stress process model. **Journal of Consumer Affairs**, v. 57, n. 4, 2023. <https://doi.org/10.1111/joca.12560>

FECOMERCIO - PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>. Acesso em: 17 de agosto 2024.

GARBER, G.; MIAN, A.; PONTICELLI, J.; SUFI, A. Government banks, household debt, and economic downturns: the case of Brazil. Banco Central do Brasil - Working Paper Series, n. 538, 2020.

HOJMAN D. A.; MIRANDA A.; RUIZ-TAGLE J. Debt trajectories and mental health. **Social Science & Medicine**, v. 167, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.08.027>

INDARTE, S.; KANZ, M. Debt relief for households in developing economies. Development Economics. **World Bank Group. Policy Research Working Paper** 10819, 2024.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **R. Adm.**, v.50, n.2, 2015. <https://doi.org/10.5700/rausp1192>

LINARDI, F. M.; FERREIRA, M. S. Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador, 2008.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálýsis**, v.25, n.1. 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82492>

MEDEIROS, C. M. **Séries Temporais e Modelos Dinâmicos em Econometria**.

MOURA, A. G. **Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda no município de São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

NEWKEY, W.K. AND WEST, K.D. A simple, positive semi-definite, heteroscedasticity and autocorrelation consistent covariance matrix. **Econometrica**, 55, 703-708. 1987

NIGATU, Y. T.; ELTON-MARSHALL, T.; HAMILTON, H. Changes in household debt due to COVID-19 and mental health concerns among adults in Ontario, Canada, **International Journal of Social Psychiatry**, Vol. 69(3) 774–783, 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. The impact of the COVID-19 pandemic on jobs and incomes in G20 economies. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. PISA 2012 assessment and analytical framework: mathematics, reading, science, problem solving and financial literacy. Paris: OCDE Publishing. 2013.

PYBUS, K.; POWER, M.; PICKETT, K.; WILKINSON, R. Income inequality, status consumption and status anxiety: an exploratory review of implications for sustainability and directions for future research. **Social Sciences & Humanities Open**, v. 6, n.1, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2022.100353>

ROBERT WOOD JOHNSON FOUNDATION. The impact of coronavirus on households across America. Havard T. H. Chan. **School of public health**, 2020.

ROZA, E.; PIANA, L. S.; BATISTA, V. C. Endividamento familiar: fatores ocultos e estratégias para promover a estabilidade financeira. **Revista Foco**, v. 17, n. 10, p. e6586-e6586, 2024.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SERASA. Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil. 2022. <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>

SERASA EXPERIAN. Raio-X do consumo no Brasil: Hábitos Financeiros. 2019.

SWEET, E. Debt-related financial hardship and Health. **Health Education & Behavior**, 48, 885–891. 2021. <https://doi.org/10.1177/1090198120976352>

TAY, L.; BATZ, C.; PARRIGNON, S.; KUYKENDALL, L. Debt and subjective well-being: the other side of the income-happiness coin. **Journal of Happiness Studies**, v. 18, 2017. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9758-5>

WEI, W. W. S.; CHATFIELD, C. **The analysis of time series: an introduction**, Chapman & Hall/CRC, 2004.